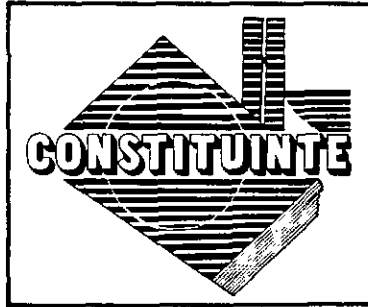


ANC
p 13

Confronto entre UDR e Contag agita subcomissão

Diversos incidentes ocorreram em pleno Congresso entre representantes da União Democrática Ruralista (UDR) e camponeses e pequenos agricultores liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) durante os trabalhos da subcomissão que trata da política agrícola e fundiária e a reforma agrária.

Desde cedo a pressão sobre os 25 constituintes com direito a voto na subcomissão era muito grande. Mais acostumados à rotina parlamentar, os grandes proprietários trataram de cercar os deputados e senadores no saguão de acesso ao Senado. Eles defendiam um substitutivo alterando radicalmente o relatório do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), mas diante do alarido dos trabalhadores rurais, em maior número (200 a 120 aproximadamente) o projeto acabou sendo mantido por 13 votos a 12 na parte da manhã. A tarde, foi votado o mais importante do projeto, especialmente a fixação do limite das áreas a serem desapropriadas em 100 módulos rurais e a definição do



que é "função social" da terra. Diante do número de pessoas presentes ficou decidido que a continuação dos trabalhos seria feita em plenário do Senado Federal. Foi no período de espera que os ânimos se acirraram. Os representantes da UDR trataram de ocupar as galerias e trancaram a porta de acesso ao local. O incidente mais grave ocorreu quando o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, acabou dando um pontapé no presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso do Sul, Pedro Ramalho. Só depois a porta foi liberada.

Na defesa dos seus interesses os grandes proprietários insistiam junto aos deputados na

idéia de que existem ainda muitas terras a serem desapropriadas antes das suas próprias. Zoroastro Moreira, dono de áreas que prefere não "quantificar" dizia ironizando a três deputados que:

— Porque vocês não desapropriam os 170 mil hectares da igreja, as terras das multinacionais ou devolutas do próprio governo, afirmou o integrante da UDR.

De lado dos pequenos agricultores existia uma cobrança em relação aos 25 anos de discursos do PMDB defendendo a reforma:

— Nos congressos deles foram tomadas decisões muito mais radicais que este projeto. Será que agora que eles são governo e só vão dar para trás — comentou Francisco Urbano, tesoureiro da Contag. Ele também entende que "hoje no Brasil existe um agravamento artificial das coisas. Acredito que o principal objetivo seja o de impedir de qualquer forma uma reforma agrária. Com a ameaça de golpes de estado e outras coisas, mas não acredito que a Constituinte possa ignorar a realidade.

Terras públicas geram polêmica

O relator da subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, Osvaldo Lima Filho (PMDB/PE), informou que das 227 emendas recebidas as que tiveram parecer favoráveis foram as seguintes: — função social em lugar de obrigação social, antes proposta a exemplo da Constituição da República Federal Alemã de 1946; — a competência para desapropriação por interesse social foi estendida aos estados; — a concessão de terras públicas ampliada às cooperativas de produção e, finalmente, em caráter substitutivo foi alterada a norma sobre indenização para benfeitorias pelo pagamento em dinheiro, dos artigos 20 e 30, proposta dos deputados Percival Muniz (PMDB-MT) e Rosa Prata (PMDB/MG).

Está última, considerada como uma das geradoras de maior polêmica, retrata a divisão de forças dentro da subcomissão. A redação do anteprojeto anterior previa a indenização por títulos resgatados em 20 anos.

Mas para Osvaldo Lima Filho, ainda que seja feita conforme foi proposto por Rosa Prata, manteve-se a especificação pelo «valor declarado para efeito do pagamento — do — imposto territorial».

Como o governo federal não dispõe de recursos, somente uma parcela do latifúndio passará pela reforma agrária, já que o projeto da Presidência da República prevê o assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias em quatro anos, o que para Osvaldo Lima Filho ainda é pouco.

Enquanto se inicia a reforma agrária no país, não se deve desestimular o investimento no campo, ponderou, lembrando em seguida que dentro deste contexto o latifúndio vai permanecer por mais de dez anos. Neste espaço de tempo, «não é justo que continue ocioso», frisou. Para estimular os investimentos a nova Constituição determina ainda que se faça o pagamento em dinheiro das benfeitorias quando chegado o momento da desapropriação.

Isto inclui casas para os trabalhadores, para que sejam melhoradas as instalações.

As forças oposicionistas à iniciativa (leia-se UDR e os constituintes que defendem os seus interesses), através de inúmeras emendas, não querem aceitar duas questões principais: a primeira delas, o limite da propriedade, que pelo anteprojeto é de 100 módulos ou 200 se aprovada a emenda adicionada. Para estas forças, a extensão da propriedade deve ser ilimitada.

E, em segundo, rejeitam a emissão imediata da posse. A exemplo da imissão de posse urbana, onde se verifica o valor da propriedade a ser desapropriada, efetua-se o pagamento ao qual se segue imediatamente a imissão de posse, os conservadores da subcomissão desejam que a questão se resolva na justiça. Como isto — observou o relator — atrasam-se os processos em discussões de preço, se é produtiva ou se não, etc, que se estende por prazo indeterminado.